

Imediatismo: o resultado de uma situação de instabilidade

Carlos Alberto Teixeira
de Oliveira

"Não teremos a pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão, com plena consciência dessa dignidade."



Assim sendo, a pátria não é o passado, mas o futuro que construímos com o presente: não é a aposentadoria dos heróis, mas tarefa a cumprir; é a promoção da justiça, e a justiça se promove com liberdade."

Tancredo Neves — 15.01.85

A instabilidade tem levado a política econômica a uma postura eminentemente imediatista, onde a busca da estabilização ofusca todos os problemas de médio e longo prazos. A obsessão pelas questões conjunturais vem retirando da economia qualquer referencial, qualquer norte. A maior parte da energia social esgota-se na busca do equilíbrio do balanço de pagamentos e da redução dos índices de inflação.

A estagnação econômica, verificada ao largo de toda a década de 80, tem agravado perigosamente os problemas sociais do País, prejudicando a evolução da nascente democracia brasileira e, ainda, ameaça a modernidade tecnológica do parque produtivo nacional.

Tais circunstâncias negativas suscitam muitas dúvidas quanto à efetiva possibilidade de reversão desse processo. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, ao lançar o documento intitulado "Economia Mineira 1989: Diagnóstico e Perspectivas", oferece à sociedade uma vigorosa visão de futuro e de crença na capacidade brasileira para vencer a atual crise.

O documento não compartilha, em suas conclusões, do pessimismo corrente e enfatiza como prioridades máximas a estabilização econômica e a retomada do crescimento. Em síntese, aposta no desenvolvimento do Estado e do País e na possibilidade de conciliar o crescimento e a modernização da economia com a justiça social e a democracia.

Observa, no entanto, que a reversão do quadro exigirá coragem e determinação por parte da sociedade brasileira e de seus dirigentes. A saída não é trivial e demandará posturas criativas, ousadas e destituídas de preconceitos e de várias antigas verdades. Em resumo, exigirá o ingresso do País na modernidade.

Subjacente a todo o trabalho está a premissa de que a trilha do País no futuro próximo é a trilha da modernidade, do crescimento econômico sintonizado com as grandes e rápidas transformações que hoje se verificam na economia internacional. Impõem-se a minimização dos problemas sociais e a consolidação da democracia, plena e efetiva, onde a participação de todos os segmentos da sociedade nas decisões políticas não se restrinja à defesa de interesses corporativos ou ao populismo inconsequente.

Ao contrário dos ciclos de crescimento anteriores quando primou pela prodigalidade e pela concessão farta e indiscriminada de incentivos e subsídios de toda ordem — que explicam em grande medida as suas dificuldades atuais —, o Estado brasileiro deve pautar agora a sua ação pela seletividade nos gastos e reduzir sua participação direta na produção. Sua ação de fomento à economia continua indispensável e insubstituível.

Os investimentos sociais, sem considerar as suas óbvias implicações políticas e sociais, devem ser enfatizados por sua própria importância econômica, em especial os investimentos em educação, no novo ambiente que se descortina para a economia do País. Realmente, o fator de produção "recursos humanos" assume, cada vez maior, proeminência em função dos novos paradigmas tecnológicos.

A modernização efetiva do País requer a imediata atenuação dos níveis de concentração de renda hoje observados.

A década de 80, como todos os períodos de estagnação e de inflação, acentuou os desequilíbrios da estrutura de distribuição da renda nacional. Trabalhadores e pequenos e médios empresários tiveram sensivelmente reduzidas as suas participações no produto do País; milhões de pessoas agregaram-se ao enorme contingente de marginalizados do processo econômico-social.

A estrutura de repartição de renda é incompatível, em termos econômicos (à parte os aspectos de ordem ética, social e política), com a modernidade do País. Cerceia a plena utilização do enorme mercado potencial interno, enquanto instrumento dinamizador da economia, e deprime as condições de vida e, por conseguinte, o potencial de trabalho da maior parte da população brasileira.

A propósito, cabe enfatizar o caráter complementar que nessa perspectiva podem assumir os mercados interno e externo.

O mercado interno, beneficiando-se da exposição da economia ao exterior e da incorporação de padrões de competitividade internacionais, absorveria a melhoria de qualidade, o desenvolvimento de novos produtos e a redução dos custos de produção. Ressalte-se, neste ponto, que a busca da eficiência, da eficácia e do aumento da produtividade potencializa a redistribuição de renda do País.

Por outro lado, a expansão do mercado interno cria e mantém escalas viáveis de produção, aumentando a competitividade internacional e ampliando a atratividade do País aos investimentos estrangeiros.

Ao contrário do ocorrido em ciclos anteriores, a ação do governo sobre a economia não deverá, doravante, ter como eixo central a sua mera expansão. Impõe-se incorporar, no âmago das políticas econômicas nacionais, a meta da modernização do aparelho produtivo, ou seja, a meta de elevação da eficiência, da eficácia e da produtivi-

dade, em sentido lato, em todos os seus setores. A rigorosa seletividade no manejo dos instrumentos de política econômica, essencial no contexto presente, deve balizar-se por esse critério.

Os problemas na área social podem comprometer seriamente os resultados econômicos desejados e vice-versa. Portanto, o social não pode ser tratado como um apêndice do econômico, mas como parte integrante de um processo mais amplo e equitativo do desenvolvimento sócio-econômico.

Desenvolver ações de cunho compensatório e assis-

tencialista atenua, momentaneamente, as carências mais imediatas, mas não resolve de maneira definitiva os problemas sociais. Há que se conceber uma política de redistribuição efetiva da renda, acoplada ao crescimento consistente, equilibrado, coerente e harmônico da economia. Só assim promoveremos a justiça, com liberdade duradoura e prosperidade a todos os brasileiros.

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira é presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e Executivo Financeiro do Ano, do IBEF-BH, eleito em 1988.